

## **INEXORÁVEL RELAÇÃO ENTRE DIREITO E LÍNGUA PORTUGUESA**

Tahiane Machado de Oliveira; Renato da Costa Lima Filho

[Clique aqui para para ver este resumo](#)

---

## **INEXORÁVEL RELAÇÃO ENTRE DIREITO E LÍNGUA PORTUGUESA**

Tahiane Machado de Oliveira; Renato da Costa Lima Filho  
CESUMAR - Centro Universitário de Maringá, Maringá - Paraná

Juliano Tamanini (Orientador)  
CESUMAR - Centro Universitário de Maringá, Maringá - Paraná

No campo jurídico, comunicar-se com fluência assume papel relevante, uma vez que o Direito é reconhecido como a profissão da palavra. Nessa perspectiva, é imprescindível ao causídico interiorizar a língua portuguesa, manejando-a com tática e habilidade, pois seu sucesso profissional é diretamente proporcional a seu desempenho lingüístico. Infelizmente, muitos advogados, apesar de terem o diploma na mão, não dominam a nossa língua. Em razão disso, assiste-se a sérias distorções do português, às vezes, motivo até de chacota, o que muito deprecia os profissionais da palavra. Nessa perspectiva, este trabalho visa a demonstrar a importância do ensino-aprendizagem do Português no Curso de Direito, para melhor desempenho acadêmico e profissional. Nesse enfoque, fizemos leitura de vários livros e seus respectivos fichamentos. Mais do que isso, observamos o emprego da norma culta e a estrutura textual em redações de alunos do 1º ano de Direito e em algumas petições. A partir disso, constatamos uma série de disparidades, convergidas em desvios lingüísticos e falhas na construção frasal. Detectamos transgressões de ortografia, acentuação, crase, pontuação, emprego e colocação pronominal, regência e concordância verbal. Já as falhas estruturais, mais comuns, apareceram em quase todos os textos selecionados; destacam-se, porém, repetições, falta de coerência e coesão, frases mal elaboradas, linguagem arcaica, frases e expressões clichês, impropriedade vocabular, falta de argumentação, expressões descontextualizadas. É plausível ponderar, também, que um bom texto jurídico requer qualidades desejáveis como clareza, adequação, coerência, concisão, correção, cortesia, expressividade, construção frasal bem elaborada e, principalmente, argumentos persuasivos. Afinal, em um texto jurídico, tudo se resume num julgamento simples: o texto convence ou não.

CESUMAR - Centro Universitário de Maringá

[tahiane@mga.directlink.com.br](mailto:tahiane@mga.directlink.com.br);